

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
Em Milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banco") e atua na intermediação e distribuição de títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos, além de gestão de ativos nos mercados de renda fixa e variável.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que incluem a Lei das Sociedades por Ações, contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Desde o ano de 2008, foram aprovados pela CVM diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Entretanto, tais pronunciamentos só podem ser aplicados, após aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são: Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 - R1); Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 - R2); Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1); Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1); Resolução nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis - Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24); Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 - R1); Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 - R2); Resolução nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1) e Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Estas demonstrações financeiras não apresentam os investimentos de forma consolidada. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas integrantes do conglomerado Banestes S.A., que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidas.
- b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Para fins da demonstração dos fluxos de caixa e definição do CMN por meio da Resolução nº 3.604/2008, a Administração considera disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.
- c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração contratada.
- d) **Investimentos** - O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (nota 8).
- e) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, do Conselho Monetário Nacional, de 16/12/2009, e Cartas Circulares nº 3.429 de 11/02/2010 e nº 3.782 de 19/09/2016, ambas do Banco Central do Brasil.

Os ativos e passivos contingentes referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- f) **Tributos** - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social - Instituições Financeiras até dezembro/2018	20%
Contribuição social - Instituições Financeiras	15%
COFINS	4%
PIS	0,65%
ISS	5%

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 (conversão da MP 675/2015), elevou para 20% a alíquota da CSLL para as instituições financeiras e seguradoras no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 (nota 12).

- g) **Valor de recuperação de ativos - impairment** - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existiram indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.
- h) **Estimativas contábeis** - As demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil permite que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem as provisões técnicas, o valor de realização dos ativos, as provisões para causas judiciais, dentre outros.
- i) **Moeda funcional** - A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$).

4. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão de retificação da contabilização da receita de R\$ 9.000 durante o ano de 2016, referente ao contrato de acordo operacional envolvendo a investida Banestes Corretora, o Banestes S.A., a Icatu Seguros S.A. e a Icatu Capitalização S.A., em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de previdência e capitalização.

a) Balanço Patrimonial

1º de janeiro de 2018

	Saldos originais divulgados 31/12/2017	Ajustes	Saldos ajustados
Ativo			
Investimentos - Permanente	26.590	(7.107)	19.483
Participação em controlada - no País	26.590	(7.107)	19.483
Total do ativo	43.986	(7.107)	36.879
Passivo	-	-	-
Total do passivo	2.092	-	2.092
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	15.894	(7.107)	8.787
Total do patrimônio líquido	41.894	(7.107)	34.787
Total do passivo e patrimônio líquido	43.986	(7.107)	36.879

b) Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Saldos originais divulgados 31/12/2018	Ajustes	Saldos ajustados
Ativo			
Investimentos - Permanente	30.229	(6.723)	23.506
Participação em controlada - no País	30.229	(6.723)	23.506
Total do ativo	39.935	(6.723)	33.212
Passivo	-	-	-
Total do passivo	2.447	-	2.447
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	11.488	(6.723)	4.765
Total do patrimônio líquido	37.488	(6.723)	30.765
Total do passivo e patrimônio líquido	39.935	(6.723)	33.212

c) Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Saldos originais divulgados 31/12/2018	Ajustes	Saldos ajustados
Outras	5.496	-	5.496
Resultado de participação em controlada	5.465	384	5.849
Lucro líquido	10.961	384	11.345

d) Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Saldos originais divulgados 31/12/2018	Ajustes	Saldos ajustados
Lucro líquido do exercício	10.961	384	11.345
Resultado de participação em controlada	(5.465)	(384)	(5.849)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por:

	2019	2018
Disponibilidades	1.469	1.183
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6)	6.039	6.650
Total	7.508	7.833

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas por operações compromissadas com o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo. As operações compromissadas estão lastreadas em títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro) com compromisso de recompra. As transações com o Controlador estão apresentadas na nota 16.

7. OUTROS CRÉDITOS
a) Circulante

	2019	2018
Ativo:		
(*) Rendas a receber	172	92
Total	172	92

(*) Trata-se de rendas a receber oriundas de serviço prestado pela Sociedade de gestão e distribuição de fundos de investimento e custódia.

b) Circulante - diversos

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais.....	9	9
Pagamentos a ressarcir.....	69	64
Total	78	73

c) Realizável a longo prazo

	2019	2018
(1) Finsocial a compensar	1.432	1.432
(2) PIS a compensar	249	249
Totais	1.681	1.681

(1) Trata-se de valores gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovidas pelas Leis nº 7.787/1989 (art.7º), nº 7.849/1989 (art.1º) e nº 8.147/1990 (art.1º), cujo processo no mérito transitou em julgado, e atualmente discute-se judicialmente o valor do crédito para fins de emissão do precatório.

(2) Trata-se de valores gerados oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.ºs 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 1487452/RJ, bem como com base na Resolução nº 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.ºs 2.445/1988 e 2.449/1988 foi aplicada a Lei Complementar nº 7/1970 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 18/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ para o procedimento da compensação. Assim, com base na sentença que transitou em julgado, a Sociedade procedeu à compensação até o limite do crédito reconhecido pela Secretaria da Receita Federal e atualmente discute a diferença do crédito habilitado e ainda não reconhecido pela mesma.

8. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS

A Sociedade participa do capital social da Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. e detém 12.499.875 quotas (12.499.875 quotas em 2018).

Principais dados relativos à Sociedade controlada:
Capital realizado atualizado

31 de dezembro de 2019	12.500
31 de dezembro de 2018	12.500

Patrimônio líquido no início do período

31 de dezembro de 2019	23.506
31 de dezembro de 2018*	19.483

Percentual de participação

31 de dezembro de 2019	99,999
31 de dezembro de 2018	99,999

Lucro líquido do semestre

31 de dezembro de 2019	6.039
31 de dezembro de 2018*	5.849

Receita de equivalência patrimonial

31 de dezembro de 2019	6.039
31 de dezembro de 2018*	5.849

Lucros recebidos de controlada

31 de dezembro de 2019.....	2.665
31 de dezembro de 2018.....	1.826

Patrimônio líquido ajustado

31 de dezembro de 2019	26.881
31 de dezembro de 2018	23.506

Valor contábil do investimento

31 de dezembro de 2019	26.881
31 de dezembro de 2018*	23.506

* Saldos ajustados conforme descrito na nota 4.

9. IMOBILIZADO DE USO

Está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, ambos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, calculada pelo método linear com base na vida útil estimada, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios e 20% para sistemas de comunicação. O imobilizado está composto por:

	Saldo em 31/12/2018	Adições/depreciações no exercício	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado de Uso			
Outras imobilizações de uso			
Instalações	6	-	6
(Depreciação acumulada)	(4)	-	(4)
Móveis e equipamentos de uso.....	77	-	77
(Depreciação acumulada)	(56)	(6)	(62)
Sistema de processamento de dados	49	-	49
(Depreciação acumulada)	(49)	-	(49)
Outros.....	118	-	118
(Depreciação acumulada)	(115)	(1)	(116)
Total	26	(7)	19
	31/12/2017		31/12/2018
Total	33	(7)	26

10. INTANGÍVEL

Intangível	Saldo em 31/12/2018	Adições/ amortizações	Saldo em 31/12/2019
Ativos intangíveis			
Outros ativos intangíveis (software) (*)	-	819	819
Total do exercício	-	819	819

(*) Contrato de solução tecnológica para controladoria de ativos, passivos, escrituração, contabilidade de fundos de investimento e gestão de ativos, incluindo ainda os serviços de manutenção e suporte técnico aos referidos sistemas com a empresa IT4Finance Consultoria de Sistema LTDA firmado em 2019. Não há amortização devido ao período de implantação do sistema, ainda não está em uso.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Circulante

	2019	2018
(1) Sociais e estatutárias	1.993	1.715
Fiscais e previdenciárias	529	473
(2) Negociação e intermediação de valores	7	7
(3) Diversas	1.125	252
Total	3.654	2.447

(1) Refere-se a dividendos e participação sobre o lucro a pagar.

(2) Registradas operações a liquidar com a bolsa de valores.

(3) Decorrem basicamente de outros valores a pagar e honorários de advogados.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2019 Imposto de renda	2019 Contribuição social	2018 Imposto de renda	2018 Contribuição social
Resultado antes da tributação e participação	19.095	19.095	15.983	15.983
Adições/(exclusões) de caráter permanente	(6.006)	(6.031)	(5.816)	(5.840)
Adições/(exclusões) de caráter temporário.	-	-	-	-
Lucro tributável antes das compensações	13.089	13.064	10.167	10.143
Base de cálculo após compensações	13.089	13.064	10.167	10.143
Alíquota normal (15% IR) (15% CSLL)	1.963	1.960	1.525	2.029
Adicional de imposto de renda (10%)	1.285	-	993	-
Despesa de imp. de renda e cont. social	3.248	1.960	2.518	2.029

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está representado por 1.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100% pertencem ao BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo.

b) Aumento de capital

Em 2019 e 2018 não houve aumento de capital social.

c) Reserva legal

Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída com a finalidade de aumento de capital sendo que, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social.

e) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos calculados com base no percentual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/1976, e estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	13.835	10.961
Reserva legal	(692)	(548)
Base de cálculo para os dividendos (25%)	13.143	10.797
Dividendos intermediário 1º semestre	1.614	1.184
Dividendos obrigatórios complementares	1.671	1.419
Total de dividendos	3.285	2.603

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Receita de prestação de serviços

	2019	2018
Rendas de gestão e distribuição de fundos/rebate taxa administração (*)	18.780	14.921
Total - Prestação de serviços	18.780	14.921

(*) A Sociedade é responsável pela gestão dos Fundos de Investimentos. O patrimônio líquido dessas instituições totalizavam em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 7.225.770 (R\$ 4.342.207 em 2018).

b) Outras despesas administrativas

	2019	2018
Serviços de terceiros (*)	2.352	1.894
Acordo de cooperação técnica (nota 16.a)	755	205
Aluguéis	172	171
Processamento de dados	151	144
Serviços técnicos especializados	147	142
Outras	87	290
Comunicações	50	61
Serviços do sistema financeiro	39	27
Manutenção e conservação de bens	28	29
Publicações	26	54
Viagem no país	23	45
Água, energia e gás	17	18
Depreciação	7	6
Total	3.854	2.881

(*) Há cessão de pessoal pelo Banestes S.A. no valor de R\$ 2.135 (em 2019) e R\$ 1.871 (em 2018), reembolsado ao custo. A folha de pagamento dos funcionários cedidos é processada pelo Banco e ressarcida mensalmente pela Sociedade de todos os custos.

c) Despesas tributárias

	2019	2018
IPTU	1	1
Imposto s/serviço de qualquer natureza - ISS	939	746
Contribuição ao COFINS	769	626
Contribuição ao PIS	125	102
Total	1.834	1.475

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

No exercício de 2019 e de 2018 a Sociedade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

16. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS
a) Transações da Sociedade com o controlador:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram efetuadas transações com o controlador em valores, prazos e condições usuais de mercado, podendo assim ser resumidas:

	2019 Ativo (Passivo)	2019 Receita (Despesa)	2018 Ativo (Passivo)	2018 Receita (Despesa)
Disponibilidades	1.469	-	1.183	-
Aplicações em operações compromissadas	6.039	436	6.650	717
Dividendos	(1.671)	-	(1.419)	-
Acordo de Cooperação Técnica (*)	-	(755)	-	(205)

(*) Acordo de cooperação técnica firmado entre o Banco e suas controladas para a utilização do espaço físico das unidades de atendimento, dos recursos de informática e telecomunicações, da infraestrutura administrativa e de pessoal.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. Os honorários da diretoria totalizam no exercício de 2019 o montante de R\$ 489 (R\$ 731 no exercício de 2018).

A Sociedade não possui benefícios pós-emprego de plano de previdência complementar aberta, destinados a administradores, bem como não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

Outras Informações:

Não foi efetuado pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da diretoria e seus familiares.

I - Participação acionária:

Os membros da diretoria não possuíam participação acionária na Sociedade.

17. GESTÃO DE RISCO

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., possui em sua estrutura organizacional a Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, subordinada à Diretoria de Controles Internos e Riscos - DIRIS e atua de forma autônoma e independente das áreas de negócios que atende, com reporte e gerenciamento totalmente segregados.

Possui políticas de gestão de riscos compatíveis com a natureza e a complexidade das operações, produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, visando assegurar:

- níveis adequados de exposição a riscos;
- processo de gestão de riscos incorporado nos procedimentos e na cultura da Sociedade;
- a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo;
- acompanhamento da evolução dos negócios considerando os níveis de riscos associados; e
- a cultura de gerenciamento de riscos em toda a Sociedade.

Em suas políticas são estabelecidas diretrizes, atribuições e responsabilidades, que visam mitigar a ocorrência de falhas operacionais que exponham a sociedade a prejuízos diretos e indiretos. A GECIR trabalha constantemente no aprimoramento do processo de gestão de riscos, atuando na disseminação da cultura de controles internos e gerenciamento de riscos, acompanhando a evolução dos negócios, levando em consideração as exposições e os níveis de riscos a eles associados.

18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 17 de fevereiro de 2020, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações.

DIRETORIA

Alcio de Araujo (Diretor Presidente e Diretor de Operações)
Fernando Valli Cardoso (Diretor de Controles Internos e Riscos)
Vitor Lopes Duarte (Diretor de Gestão e Recursos de Terceiros)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC - ES 020893/0-0